



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETO Nº 834/2018**

**REGULAMENTA A LEI Nº 1935/2016, QUE DISPÕE  
SOBRE O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E  
DEFESA CIVIL - FUNMPDEC DO MUNICÍPIO DE  
SANTA MARIA DE JETIBÁ E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o Memorando nº 031/2018-PMSMJ/COMPDEC, protocolizado em 16/08/2018, sob nº 010932/2018;

- considerando o teor da Lei Municipal nº 1.935/2016 que dispõe sobre a Reorganização do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, como Órgão de Assessoria e Apoio Direto ao Chefe do Executivo Municipal na Estrutura Organizacional Básica do Município de Santa Maria de Jetibá e dá outras providências;

- considerando ainda o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso VI da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º.** Ficam instituídas normas de operacionalização e atribuições do **Conselho Gestor do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUNMPDEC do Município de Santa Maria de Jetibá**, sediado neste município, com a finalidade de captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações de prevenção e preparação em áreas de risco de desastres, de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres.

**Art. 2º.** Constituem recursos do FUNMPDEC:

I - as dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II - os recursos transferidos da União, Estado ou Município;

III - os auxílios, dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeiras, destinados as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;

IV - os recursos provenientes de dotação e contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

V - os saldos apurados no exercício anterior;

VI - o produto de alienação de materiais ou equipamentos inservíveis, doados à COMPDEC ou adquiridos com recursos provenientes deste Fundo;

VII - a remuneração decorrente de aplicação no mercado financeiro;

VIII - os saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos para atendimento de situação anormal caracterizada como situação de emergência ou estado de calamidade pública;

IX - emendas parlamentares;

X - outros recursos que legalmente lhe forem atribuídos.

**§ 1º.** O saldo positivo do FUNMPDEC, apurado em balanço, em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**§ 2º.** Os recursos do FUNMPDEC serão movimentados em conta corrente específica aberta junto ao Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES, sediado no Município.

**Art. 3º.** O FUNMPDEC será implementado em 2019 e suas dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do Município.

**Art. 4º.** Compete ao Conselho Gestor do FUNMPDEC:

**I** - aplicar e desenvolver a política de prevenção, preparação, resposta e recuperação, no Município de Santa Maria de Jetibá;

**II** - aprovar planos de aplicação dos recursos do FUNMPDEC, em consonância com os interesses da coletividade, na forma prevista em Lei e neste Decreto;

**III** - prestar contas da aplicação dos recursos do FUNMPDEC, nos prazos e na forma da Legislação vigente;

**IV** - elaborar e submeter à aprovação do Secretário Municipal da Fazenda, a proposta orçamentárias do FUNMPDEC e a sua programação financeira;

**V** - coordenar, orientar e controlar a execução orçamentária do Fundo;

**VI** - organizar e manter atualizada coletâneas de Leis, Decretos e outros documentos do interesse do Fundo;

**VII** - desenvolver outras atividades relacionadas com a administração financeira do Fundo;

**VIII** - Resolver os casos omissos no presente regulamento.

**Art. 5º.** O Conselho Gestor reunir-se-á, bimestralmente ou a qualquer tempo tantas vezes quantas necessárias, quando convocado pelo Presidente do Fundo.

**§ 1º.** A convocação deverá sempre ser feita por escrito.

**§ 2º.** O Conselho Gestor deliberará por maioria absoluta, mediante resoluções transcritas em Atas das respectivas reuniões.

**Art. 6º.** O Conselho Gestor será composto por 05 (cinco) membros, sendo o presidente indicado pelo Prefeito Municipal, 02 (dois) escolhidos dentre os membros que compõe a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC e 02 (dois) indicados pela sociedade civil organizada.

**Art. 7º.** Ao Presidente do Conselho Gestor, compete:

**I** - presidir as reuniões do Conselho;

**II** - fixar o calendário anual de reuniões e convocar os membros do Conselho;

**III** - autorizar despesas e prestar contas da aplicação dos recursos do Fundo;

**IV** - representar o FUNMDEC em todos os atos jurídicos em que o mesmo for parte interessada.

**Art. 8º.** Aos demais membros do Conselho, compete:

**I** - participar das reuniões do Conselho, mediante convocação;

**II** - discutir matéria atinente as ações de Proteção e Defesa Civil do Município de Santa Maria de Jetibá.



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Art. 9º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.**

Santa Maria de Jetibá-ES, 24 de Agosto de 2018.

**HILÁRIO ROEPKE**  
Prefeito Municipal